Despacho (extracto) n.º 2013/2005 (2.ª série). — *Revogação de delegação de assinatura.* — Nos termos do artigo 40.º, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, revogo a competência para assinar certidões de índole académica, conferida, no âmbito do despacho (extracto) n.º 16 010/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 7 de Agosto de 2004, ao chefe da Secção de Alunos, Manuel Rosa Gil, e ao técnico superior de 2.ª classe Fernando Jorge Matias Calvo.

A presente revogação produz efeitos a partir da sua publicação.

6 de Janeiro de 2005. — A Chefe de Divisão, *Maria João da Cruz Valente*.

Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física

Despacho (extracto) n.º 2014/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física de 11 de Janeiro de 2005, por delegação de competência do reitor da Universidade do Porto:

Doutor Fernando José da Silva Tavares, professor associado desta Faculdade — concedida a equiparação a bolseiro de 14 a 23 de Janeiro de 2005.

12 de Janeiro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Olímpio Bento*.

Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação

Despacho (extracto) n.º 2015/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Janeiro de 2005 da presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, proferido por delegação de competência do reitor da Universidade do Porto:

Maria Luiza Kent-Smith do Amaral, professora auxiliar deste estabelecimento de ensino — concedida equiparação a bolseiro fora do País de 14 a 16 de Janeiro de 2005.

11 de Janeiro de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Meibel Simões Marques Soeiro Batista*.

Faculdade de Direito

Despacho n.º 2016/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Novembro de 2004 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Doutor Luís Filipe Colaço Antunes, professor associado — concedida a equiparação a bolseiro fora do País no período de 2 a 16 de Janeiro de 2005.

2 de Janeiro de 2005. — A Secretária, *Rosa Cardoso*.

Faculdade de Engenharia

Aviso n.º 757/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho de 19 de Outubro de 2004 do director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para preenchimento de dois lugares na categoria de técnico de informática do grau 2, nível 1.

2 — O concurso é interno de acesso geral, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e caduca com o preenchimento das vagas em referência.

3 — As disposições legais e regulamentares do presente concurso são as seguintes:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março;
Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril;
Código do Procedimento Administrativo.

4 — Conteúdo funcional do lugar a preencher — compete ao especialista de informática o exercício das funções constantes do artigo 3.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

5 — O local de trabalho situa-se na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, sendo o respectivo vencimento o fixado para o escalão e a categoria correspondentes ao Decreto-Lei n.º 97/2001,

de 26 de Março, e as regalias sociais e as condições de trabalho são as genericamente vigentes para a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública.

6 — Requisitos para admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais — encontrar-se nas condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

6.2 — Requisitos especiais — permanência de quatro anos na categoria anterior classificados de *Muito bom* ou de seis anos classificados, no mínimo, de *Bom*, em conformidade com o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

7 — Os métodos de selecção a utilizar serão:

Avaliação curricular;
Prova de conhecimentos específicos;
Entrevista profissional.

8 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

Classificação de serviço;
Habilitação académica;
Formação profissional;
Experiência profissional.

9 — A prova de conhecimentos específicos será pontuada de 0 a 20 valores, será escrita, com a duração máxima de duas horas, efectuada com base no programa de provas aprovado pelo despacho conjunto n.º 604/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 172, de 27 de Julho de 2002, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, e consta do seguinte:

Arquitectura, funcionamento e operação de computadores, envolvendo as diversas componentes de *hardware*;
Sistemas operativos e linguagens;
Estrutura de dados, organização e suportes da informação;
Noções sobre base de dados, envolvendo em particular a utilização de sistemas de informação geográfica e o apoio técnico a utilizadores;
Telecomunicações e redes de comunicação de dados, envolvendo as infra-estruturas de comunicação sobre o protocolo TCP/IP;
Noções de privacidade e segurança de sistemas de dados e de redes de comunicação de dados.

10 — A entrevista profissional de selecção visará avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, os seguintes aspectos:

Conhecimentos e experiência profissional na área a que se candidata (domínio dos temas/áreas de trabalho associada a estruturas de dados, organização e suportes de informação, *hardware* e sistemas operativos);
Motivação e interesse (motivação para o exercício da função, capacidade de resolução de problemas, flexibilidade/adaptação a situações novas, criatividade e inovação reveladas, sentido de responsabilidade/cumprimento de normas e regras internas);
Apetência pelo trabalho em grupo (capacidade de relacionamento e inserção em grupos de trabalho associados à investigação e docência universitária);
Capacidade de expressão e fluência verbais (coerência e clareza discursivas e capacidade de compreensão e interpretação das questões colocadas).

11 — A ordenação final dos candidatos será obtida pela aplicação da média aritmética das classificações obtidas na avaliação curricular, na prova de conhecimentos e na entrevista profissional.

12 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, quando for caso disso, nos termos dos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Os critérios que determinam a classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 — Candidatura:

15.1 — De harmonia com as disposições aplicáveis do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, deverão os candidatos entregar pessoalmente ou remeter pelo correio, com aviso de recepção, para a Faculdade de Engenharia, sita na Rua do Dr. Roberto Frias, 4200-465 Porto, requerimento, dirigido ao director da Faculdade de Engenharia, do qual conste:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de